

GfP *M*

CONTRATO N.º 108/2018

Contrato para "AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA O PROJETO CHIMERA, ISOMÉDIALMENTE A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PARA O WORK PACKAGE 4 - TESTING"

Considerando que por Despacho n.º 4842/2018, publicado no D.R. n.º 94, 2.ª série da 16 de maio de 2018, o Administrador da Universidade do Algarve:

- a) Autorizou por despacho de 13 de novembro de 2018, a realização do procedimento de Consulta Prévua n.º 25/DSFP-DAP-NC/2018, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- b) Proferiu a decisão de adjudicação a 28 de novembro de 2018;
- c) Aprovou a minuta relativa ao presente Contrato a 28 de novembro de 2018.

A UNIVERSIDADE DO ALGARVE, pessoa coletiva de direito público n.º 505 587 271, com sede no Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, representada pelo Administrador, Dr. António Joaquim Godinho Cabeçinha, habilitado para a celebração do presente contrato através do disposto no Despacho n.º 4842/2018, de delegação de competências do Reitor da Universidade do Algarve, publicado no D.R. n.º 94, 2.ª Série, de 16 de maio de 2018, adiante designada por Primeira Outorgante e a

MAKE IT BETTER, ASSOCIAÇÃO PARA A INovação E ECONOMIA SOCIAL, pessoa coletiva de direito privado, com o número de identificação fiscal 510 523 982, com sede na Rua Manuel Bernardo Barahona, n.º 1, 7940-163 Cuba, representada por José Manuel Simões de Campos Nunes, portador do documento de identificação n.º com domicílio profissional na Rua Manuel Bernardo Barahona, n.º 1, 7940-163 Cuba, na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, adiante designada por Segunda Outorgante.

Celebram o presente Contrato, o qual se regerá de acordo e nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.º

Objeto do contrato

- 1- O presente Contrato tem por objeto a "Aquisição de Serviço para o Projeto CHIMERA, contemplando as seguintes atividades a concretizar para o WP4 Testing:
 - a) Regional Cluster Business Plan- Organização de evento que reúna profissionais, empresas e stakeholders do setor cultural e criativo (CHIMERA Regional Working Group) para concretização do output.
 - b) Reports on the supporting services to encourage international mobility of new entrepreneurs- Apoio na execução de relatório ou estudo a realizar para esta atividade.

GT

N

- c) *Financial Schemes*- Apoio na execução da atividade, através da realização de 3 encontros (dentro dos Living Labs regionais – atividade 4.5.), para conceção de novos instrumentos financeiros para apoiar as ICC regionais.
- d) *Living Lab*- Organização de 3 eventos (sessões de max. 4 horas cada, em dias separados) que reúna profissionais, empresas e stakeholders do setor cultural e criativo regional.
- e) *Evaluating pilot activities*- Estudo ou relatório de avaliação e revisão das ações piloto, regionais, desenvolvidas no âmbito do projeto.

conforme Especificações Técnicas constantes do Anexo I do Caderno de Encargos e de acordo com a proposta adjudicada.

Cláusula 2.º

Conteúdo do Contrato

- 2- O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 3- O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
- 5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.º

Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos contratos Públicos define-se como gestor do presente contrato, por parte da Entidade Adjudicante, o Dr. _____ cujo endereço eletrónico é _____

Cláusula 4.º

Preço contratual

- 1- Pela aquisição dos serviços previstos na cláusula n.º 1, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o preço de € 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de € 6.394,00 (seis mil, trezentos e noventa e quatro euros), totalizando € 34.194,00 (trinta e quatro mil, canto e noventa e quatro euros).
- 2- O preço referido no ponto anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, designadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos,

Goff *M*

despesas de aquisição, transporte, acondicionamento, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.º

Condições de Pagamento

- 1- Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Contrato, a Primeira Outorgante deverá fazer o pagamento à Segunda Outorgante, em três tranches:
 - a) 1.ª Tranche ~ 40%;
 - b) 2.ª Tranche – 40% ;
 - c) 3.ª Tranche – 20%;
- 2- Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.
- 3- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 6.º

Prazo do Contrato

O Contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão da prestação do serviço adjudicado em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 7.º

Prazo de Execução

O prazo de execução da prestação de serviço é de 220 (duzentos e vinte dias) a contar da assinatura do contrato.

Cláusula 8.º

Obrigações Principais da Segunda Outorgante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações gerais:

- a) Executar todos os serviços objeto do procedimento com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para a aquisição de serviços no Caderno de Encargos, na proposta apresentada e no Contrato a celebrar;
- c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Primeira Outorgante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a aquisição de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado com a Primeira Outorgante;
- d) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;

M

e) Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do Contrato exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes da Segunda Outorgante;

Cláusula 9.º

Penalidades Contratuais

- 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, a Primeira Outorgante pode exigir da Segunda Outorgante o pagamento de uma pena pecuniária correspondente ao montante de 20% do preço contratual.
- 2- A Primeira Outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 3- A pena pecuniária prevista na presente cláusula não obsta a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.º

Resolução de Litígios e Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11.º

Sigilo

- 1- A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à Primeira Outorgante.

Cláusula 12.º

Comunicações e Notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita ou electrónica de dados.

2- Qualquer alterações nos endereços/contactos das partes, devem ser comunicadas à outra parte, por escrito e com aviso de receção.

Cláusula 13.º

Financiamento

A despesa inerente ao presente Contrato, no valor de € 34.194,00 (oitenta e quatro mil, cento e noventa e quatro euros), será suportada por verbas Inscritas no centro financeiro 4, rubrica de classificação económica D.02.02.20.E0.00 e Fonte de Financiamento 482, de acordo com a nota de cabimento que se anexa.

O presente procedimento tem o compromisso n.º 5018005806 datado de 07 de dezembro de 2018.

Cláusula 14.º

Visto do Tribunal de Contas

Este Contrato está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei n.º 48/2006 de 29 de agosto, conjugado com o artigo 164.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro.

A Segunda Outorgante fez prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos e por contribuições para a Segurança Social.

Este contrato foi elaborado em duplicado, em 5 (cinco) folhas de papel branco, que pelas Outorgantes vão ser rubricadas, à exceção da última, por conter assinatura, sendo um exemplar para cada uma das partes.

Faro, 07 de dezembro de 2018.

Primeira Outorgante
Universidade do Algarve

O Administrador

António Godinho Cabecinha

(António Joaquim Godinho Cabecinha)

Segunda Outorgante
Make It Better, Associação para a Inovação
e Economia Social

O Representante Legal

José Manuel Simões de Campos Nunes

(José Manuel Simões de Campos Nunes)

Nota de Cabimento e Especificações Técnicas em anexo

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O WP4 Testing – visa suportar a Inovação e a Internacionalização em setores específicos das ICC das regiões parceiras através da implementação de modelos de cluster atualizados, tal como definidos no WP3 do mesmo projeto, consolidando a rede transnacional e articulando os serviços providenciados dentro desses mesmos clusters.

Lista-se, infra, as atividades a concretizar para o WP4 Testing, por parte do prestador de serviços:

- a) *Regional Cluster Business Plan- Organização de evento que reúne profissionais, empresas e stakeholders do setor cultural e criativo (CHIMERA Regional Working Group) para concretização do output.*
- b) *Reports on the supporting services to encourage International mobility of new entrepreneurs- Apoio na execução de relatório ou estudo a realizar para esta atividade.*
- c) *Financial Schemes- Apoio na execução de atividade, através da realização de 3 encontros (dentro dos Living Labs regionais – atividade 4.5.), para conceção de novos instrumentos financeiros para apoiar as ICC regionais.*
- d) *Living Lab- Organização de 3 eventos (sessões de max. 4 horas cada, em dias separados) que reúne profissionais, empresas e stakeholders do setor cultural e criativo regional.*
- e) *Evaluating pilot activities- Estudo ou relatório de avaliação e revisão das ações piloto, regionais, desenvolvidas no âmbito do projeto.*

Reservava-se ainda que é da responsabilidade do prestador de serviços, aquando a organização de eventos ou workshops, as seguintes tarefas:

- identificação de espaço em Faro que permita a realização das sessões;
- providência dos equipamentos e materiais de apoio;
- facilitadores (max. 2) experientes e aptos para a gestão de tempo, no sentido de manter e controlar a dinâmica do grupo, com competências de comunicação para, no final, se alcançar os resultados esperados;
- reportagens fotográficas e de vídeo;
- redação de notas de imprensa.

Adcrece ainda o dever da entidade prestadora do serviço, a disponibilização dos conteúdos em Inglês, sendo a língua oficial do projeto CHIMERA, para que os resultados alcançados e os documentos produzidos sejam divulgados numa escala global e para servir as partes interessadas: Investigadores, entidades públicas, decisões políticas, empresas e o cidadão comum.

O tempo para a execução das 5 atividades é de 7 meses. A informação deve ser fornecida na forma digital e em papel.

O pagamento deve ser efetuado em 3 tranches: a primeira e a segunda de 40%, e a última de 20%.



Universidade do Algarve
Campus da Praia
8005-120 Faro

NIF-PT500007271

**Autoriza e despeça, o procedimento
e a contratação**
[Assinatura *António Joaquim Godinho* **Nome da firma:**
Qualificada] *digital por Universidade do Algarve* **Qualificação:** *António
Godinho* **Data:** *2016.11.10*
Cabecinha **11:01:12 Z**

Unidade orgânica/Unidade funcional/Serviço: Unid Invest Desenvolvimento
 Responsável Centro Financeiro:
 Requerente: João Guerreiro

Proposta de Locação, Aquisição de Bens Móveis e Serviços

Assistir-se, nos termos dos artigos 18.º, 38.º e 39.º do Código dos Contratos Públicos, autorização para a abertura do seguinte procedimento e respectiva despesa:

Informação Geral

Requisição de compra n.º: 1000020025

Número de processo da despesa (NPD): 16100071

Ano Económico: 2016

Designação do Bem / Serviço / Empreendimento: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA O PROJETO CHIMERA, NOMEADAMENTE A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PARA O WORK PACKAGE 4 - TESTING

Valor total estimado com IVA: 36.900,00€

Posição Global do Centro Financeiro

Nº de centro financeiro: 4

Unid Invest Desenvolvimento

Compromissos relativos à despesa em análise:

36.900,00€

Saldo orçamental disponível:

Fundo 300021: 1.716.000,00€

(Detalhe certifida - Compromissos assumidos)

Saldo financeiro disponível: 509.680,40€

(Receita Cobrada - Despesa Paga)

Posição Global do Elemento PEP

Nº do elemento PEP: 4104TTEUL20037

N.º 746 - CHIMERA

Compromissos relativos à despesa em análise:

External expertises: 36.900,00€

Saldo orçamental disponível: 0€,916,59€

(Detalhe certifida - Compromissos assumidos)

Saldo financeiro disponível: 0,00€

(Receita Cobrada - Despesa Paga)

Informação de cabimento do orçamento global da UALG

Cabimento nº 4010302048

Ano Económico: 2016

Data: 12.10.2016

Ponto de Financiamento: 482

Classificação Orgânica: 001030400F

Classificação Funcional: 2014

Classificação Económica: D.02.02.20.ED.00

Programa/Ambiente/Projeto: 010 / 016 /

Actividade: 103

Valor do Cabimento: 36.900,00€

Despesa Intial(1): 0,00€

Rebates/Anulações(2): 411.737,00€

Congelamentos/Descongelamentos(3): 0,00€

Despesa Certifida (4)=(1)+(2)-(3): 411.737,00€

Compromissos assumidos(5): 371.689,41€

Despesa Disponível (6)=(4)-(5): 40.048,59€

Compromissos relativos à despesa em análise (7): 36.900,00€

Saldo Restante(8)=(6)-(7): 3.148,59€

Procedimento

Forma de adjudicação: Ajuda directa normal (CCP)

Validação

____/____/____

Procedimento

Enquadramento legal: CONSULTA PRÉVIA ARTIGO 20.º N.º 1 ALÍNEA C)

Critério de adjudicação: menor preço

Negociação: Não

Publicação no JOEU: Não

Contrato escrito: Não

Enquadramento legal: Realiza contratos que excede 10.000€ - Art.84º, nº1

Prezado/a o consulto às seguintes empresas/particulares:

Liguria - Cooperativa de Ação Cultural; Crf; Make it Better - Associação para a Inovação e Economia Social; Team Design, Unipessoal, Lda.

Para efeitos do disposto nos artigos 120.º e seguintes e nos termos previstos nos artigos 67.º e 69.º, coloco-o para autorização para a nomeação da seguinte Junta:

Presidente: Hugo Nunes; 1.º Vogal Eleitoral: Nuno Freitas Pereira; 2.º Vogal Eleitoral: Júlio Carneiro; 1.º Vogal Suplente: Sérgio Soares; 2.º Vogal Suplente: Ângela Nunes; 3.º Vogal Suplente: Rui Lanza

Outras anotações:

| NP Identificação | NP Key | Motivo | Descrição material | Quantidade | Unidade | Valor Unidade | Valor Total | |
|------------------|--------|------------|--------------------|-------------------------------------|---------|---------------|-------------|-----------|
| 100000000001 | 00010 | 7000000003 | 1 | Aquisição de Serviço para o Projeto | 1 | GDA | 50.000,00 | 50.000,00 |